

relatório
anual
2023



expediente

Diretora-executiva: **Camila Asano**

Diretor de litigância e incidência: **Gabriel Sampaio**

Diretora de fortalecimento do movimento de direitos humanos: **Júlia Neiva**

Diretor jurídico e financeiro: **Marcos Fuchs**

Coordenadora administrativa-financeira: **Fernanda Mioto**

Coordenadora de enfrentamento à violência institucional: **Carolina Diniz**

Coordenadora de Defesa dos Direitos Socioambientais: **Júlia Neiva**

Coordenadora de comunicação e engajamento: **Morgana Damásio**

Coordenadora interina de fortalecimento do espaço democrático: **Camila Asano**

Conselho deliberativo: **Andre Degenszajn, Douglas Belchior, Malak Poppovic, Marcelo Furtado, Oscar Vilhena, Renata Reis, Sueli Carneiro, Theo Dias (presidente)**

Conselho fiscal: **Emílio Martos, Heloisa Motok e Luigi Puntel**

Associados e associadas: **Anamaria Schindler, Andre Degenszajn, Denise Dora, Douglas Belchior, Emilio Martos, Flavia Regina de Souza, Hélio Menezes, Heloísa Motoki, Luigi Puntel, Malak Poppovic, Marcelo Furtado, Margarida Genevois, Oscar Vilhena, Renata Reis, Sueli Carneiro e Theo Dias**

Texto: **Nathan Fernandes**

Edição de texto: **Jeferson Batista**

Diagramação e projeto gráfico: **Mariana Rodrigues**

Foto de capa: **Fábio Nascimento/MNI**

Julho de 2024.

sumário

carta da diretoria	04
conheça a conectas	06
fortalecimento do espaço democrático	10
defesa dos direitos socioambientais	30
enfrentamento à violência institucional	46
litígio	60
incidência	66
comunicação	70
institucional	74
transparência	76
balanço financeiro	78

carta da diretoria

Após quatro anos de um governo federal que atacou e negligenciou ações pela efetivação e ampliação dos direitos humanos, a nova administração federal, iniciada em 2023, composta por uma grande gama de diferentes atores políticos, possibilitou a volta do diálogo entre o governo e a sociedade civil dedicada à defesa dos direitos fundamentais da população brasileira, da qual a Conectas tem orgulho de fazer parte. Os grandes desafios, no entanto, seguiram ao longo do ano.

Como vimos em 8 de janeiro, a democracia ainda segue em risco. Por isso, a Conectas Direitos Humanos atuou em diferentes frentes para que a Constituição Federal não fosse vilipendiada. Para fortalecer o espaço democrático, defendemos uma internet segura e sem desinformação, os direitos das pessoas migrantes, os direitos sexuais e reprodutivos, e a ampliação do espaço de atuação da sociedade civil. A luta contra o racismo e pela equidade de gênero também esteve em nossa agenda em diferentes momentos no ano de 2023.

Por um lado, o governo federal estabeleceu ministérios importantes para o campo dos direitos humanos, como o dos Povos Indígenas, da Igualdade Racial, das Mulheres e, claro, a própria pasta dos Direitos Humanos. Por outro, violações históricas de direitos seguiram ocorrendo, exigindo uma incidência forte da Conectas, inclusive na cobrança de mais agilidade do governo federal em apresentar respostas, bem como disponibilidade de recursos para a execução das políticas públicas de direitos humanos.

Vimos também uma escalada de violência institucional nas unidades da federação. Em São Paulo, atuamos ativamente com movimentos locais e instituições do sistema de defesa e garantia de direitos (como defensoria pública, Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), ouvidoria das polícias, entre outras) para conter os abusos policiais da Operação Escudo, promovendo iniciativas de grande repercussão, como a denúncia perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU e a ação judicial que resultou em medidas de controle e obrigatoriedade em preservação do programa

de uso de câmeras corporais em polícias. Também nos somamos a medidas de defesa de direitos relacionadas a violações ocorridas no estado do Rio de Janeiro, especialmente, por meio da ADPF das Favelas, em pronta reação para garantir os direitos humanos das principais vítimas do Estado: pessoas negras e empobrecidas. Não deixamos ainda de atuar em outros temas centrais no trabalho contra a violência institucional, incluindo o combate à tortura em unidades prisionais e comunidades terapêuticas. Ao lado de movimentos, como os das mães que perderam seus filhos em ações policiais, atuamos também pela justiça, reparação e não repetição nos casos de violações de direitos.

No campo dos direitos socioambientais, conseguimos, via judiciário e poder executivo, a retomada de importantes programas e mecanismos de enfrentamento ao desmatamento e a crise climática. O Fundo Amazônia e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), por exemplo, voltaram a fazer parte dos esforços que tentam garantir o futuro do planeta.

Os desafios nessa área foram grandes. Lutamos contra a invasão em territórios indígenas e incidimos para evitar o agravamento de conflitos envolvendo povos originários. A atuação contra o trabalho escravo também foi outro destaque do ano, bem como ações com comunidades quilombolas ou rurais impactadas por grandes empreendimentos.

Na área institucional, esta diretoria que vos escreve assumiu a liderança da Conectas com a missão de fortalecer o nosso olhar para o Sul Global, além de seguir com políticas internas de valorização da equipe, a partir de uma perspectiva antirracista. A organização conquistou registro na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Com isso, ampliamos a participação ativa em debates sobre direitos humanos nos sistemas internacionais.

Só conseguimos avançar, mesmo durante um processo interno de transição, graças ao trabalho incansável e profissional da nossa equipe, da qual somos imensamente gratos. Da mesma forma, reconhecemos que tudo o que fizemos foi graças a uma rede de parcerias, composta por organizações, movimentos e coletivos extremamente comprometidos com a defesa dos direitos humanos. Esperamos que tenha uma boa leitura!

**Camila Asano, Marcos Fuchs,
Gabriel Sampaio e Júlia Neiva**

conheça a conectas



quem somos

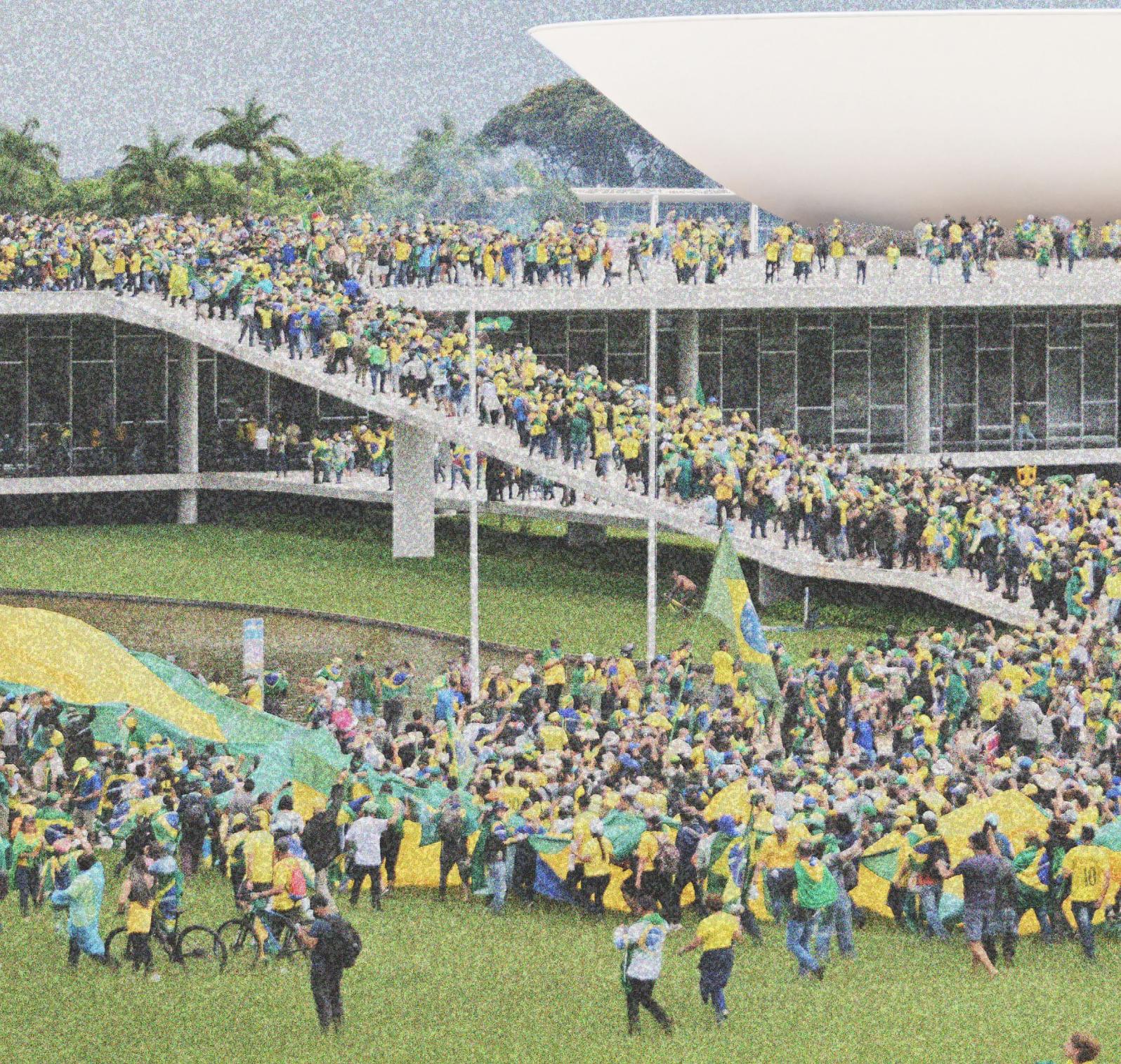
Mais do que uma organização não governamental, somos parte de um movimento vivo e global que persiste na luta pela igualdade de direitos. Conectados a uma rede extensa de parceiros espalhados pelo Brasil e pelo mundo, estamos presentes e nos fazemos ouvir nos diversos espaços de decisão que contribuem para o avanço dos direitos humanos a partir de um olhar do Sul Global. Trabalhamos para proteger e ampliar os direitos de todos e todas, especialmente para os grupos mais vulneráveis. Propomos soluções, impedimos retrocessos e denunciemos violações para produzir transformações.

missão

Efetivar e ampliar os direitos humanos e combater as desigualdades para construir uma sociedade justa, livre e democrática a partir de um olhar do Sul Global.

visão

Enfrentar injustiças e propor soluções que causam impacto positivo na vida das pessoas, particularmente das mais vulneráveis.



fortalecimento do espaço democrático



fortalecimento do espaço democrático

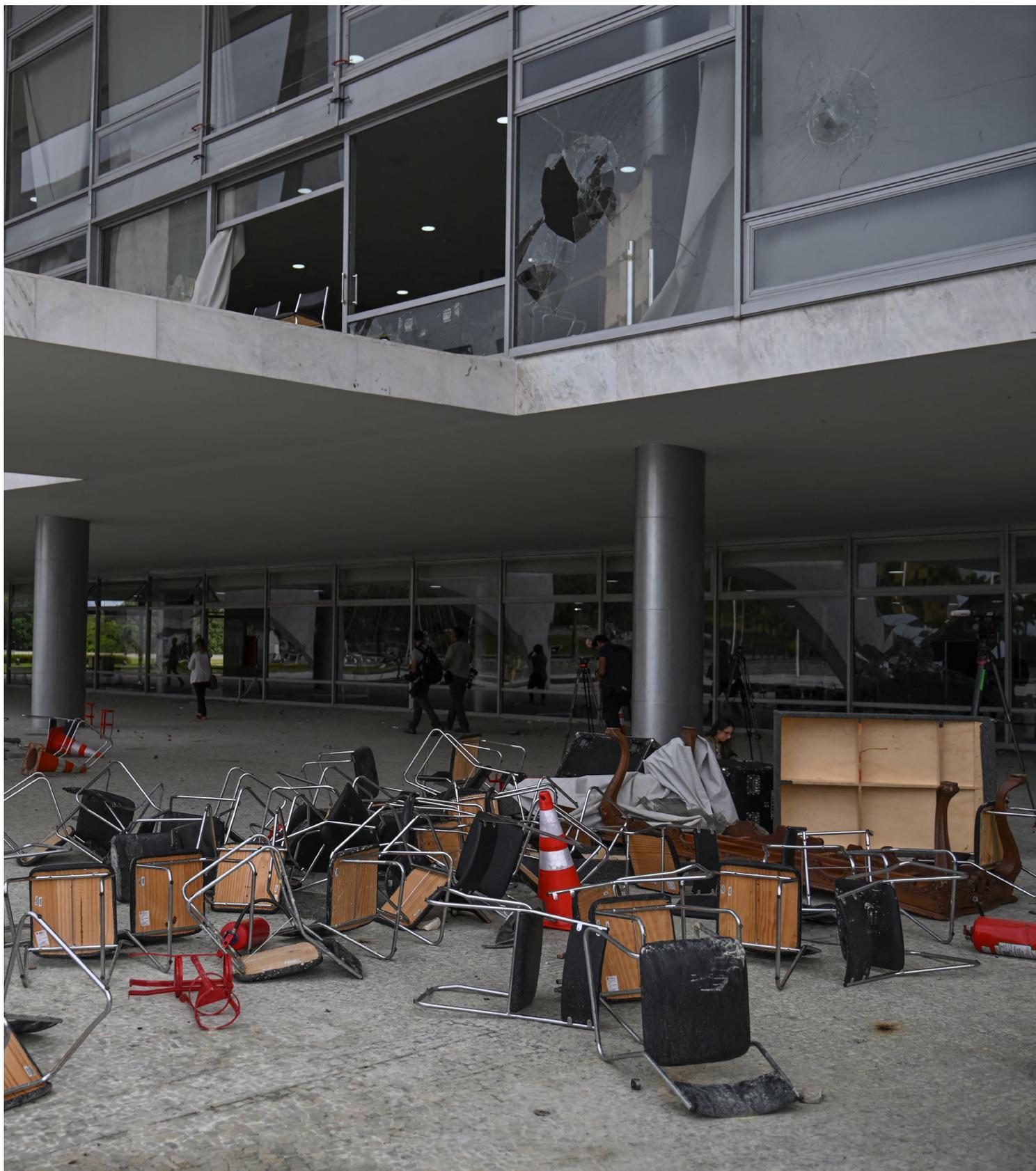
DEFESA DA DEMOCRACIA E TENTATIVAS GOLPISTAS DO 8 DE JANEIRO

No dia 8 de janeiro de 2023, a Praça dos Três Poderes, em Brasília (DF), se transformou no palco de depredações jamais vistas, conduzida por grupos de extrema-direita, que constituíram um dos mais graves atentados à democracia brasileira neste século. Os danos não se limitaram à infraestrutura física, mas também atentaram contra a democracia e instituições democráticas. Esses eventos são a culminação de um discurso marcado pelo autoritarismo e tendências golpistas que permearam os quatro anos do governo Bolsonaro.

A Conectas foi enfática ao condenar as ações e demandar a responsabilização dos agressores e de seus financiadores. Em sua manifestação, a organização ressaltou a urgência de promover a paz e a estabilidade no país, a fim de direcionar esforços para enfrentar questões cruciais como a desigualdade, a fome, o racismo, a violência e a defesa dos direitos fundamentais da população mais vulnerável.

O repúdio internacional aos ataques também foi expressivo, com mais de 40 governos, organizações e observadores internacionais se pronunciando em defesa da democracia brasileira. O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, reiterou a importância de respeitar a vontade do povo brasileiro, manifestada no pleito eleitoral, e a integridade das instituições democráticas.

Foto: Evariste Sa/AFP



PACTO GLOBAL PARA MIGRAÇÃO

Em janeiro de 2023, o governo Lula anunciou o retorno ao Pacto Global para a Migração como parte dos “revogações” de políticas anti-direitos da administração anterior. A decisão recolocou o país como referência internacional em matéria de migração e refúgio. De acordo com a ONU, 258 milhões de pessoas estão deslocadas ou são migrantes, o que representa 3,4% da população mundial. Apesar do número gerar preocupação, no início do governo de Jair Bolsonaro, em janeiro de 2019, o mandante anunciou que o Brasil deixaria o Pacto Global para Migração, assinado no mês anterior por 164 países. A ideia do acordo era reforçar a cooperação internacional sobre migração, destacando 23 objetivos, tais como facilitar a regularização migratória, fornecer serviços básicos para migrantes e eliminar todas as formas de discriminação. A justificativa para a saída era que o acordo representava uma ameaça à soberania nacional, decisão amplamente criticada pela Conectas.

PARTICIPAÇÃO NO GRUPO DE TRABALHO SOBRE MIGRAÇÃO, REFÚGIO E APÁTRIDA

Entre 10 e 22 de março de 2023, Conectas integrou o Grupo de Trabalho (GT) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) voltado a apresentar subsídios à Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apátrida (PNRMA), prevista pelo artigo 120 da Lei de Migração (Lei 13.445/2017) e até então pendente de elaboração. A organização participou do eixo 3 do GT, cuja temática foi a “promoção e proteção de direitos, combate ao racismo e à xenofobia”, por meio da presença em reuniões entre autoridades e sociedade civil e do envio de propostas por escrito, em conjunto com a Cáritas Arquidiocesana de São Paulo.

Após o encerramento do GT, até a data de publicação deste relatório de atividades, o MJSP ainda não apresentou nenhuma versão do Decreto que instituirá a PNMRA.

REFUGIADOS DO AFGANISTÃO

Desde a escalada da crise humanitária no Afeganistão, em 2021, cerca de 5,7 milhões de pessoas foram forçadas a buscar refúgio em outros países. Uma medida adotada pelo governo brasileiro, na época, pareceu

Foto: Nelson Almeida/AFP



querer complicar ainda mais essa situação. Em setembro de 2023, 38 organizações, incluindo a Conectas, expressaram preocupação com a Portaria Interministerial do Ministério da Justiça e Segurança Pública e das Relações Exteriores (MJSP/MRE) nº 42, que limita o direito de migração e busca de proteção internacional, ao condicionar a concessão de vistos humanitários à reserva de vagas em abrigos geridos pela sociedade civil. A regra vulnerabiliza ainda mais a população afegã. As organizações pediram que o governo revogasse o artigo 3º da dita Portaria e reafirmasse o compromisso com os princípios de direitos humanos presentes nas leis de migração e refúgio do Brasil.

RECEPÇÃO DE MIGRANTES NO BRASIL DEPENDE DA RAÇA E DA COR, APONTA DATAFOLHA

Em 20 de junho, dia em que se celebrou o Dia Mundial do Refugiado, a Conectas divulgou uma pesquisa inédita feita em parceria com o Datafolha. O levantamento mostrou que 61% dos brasileiros, numa amostra de 1.000 pessoas entrevistadas, pensam que o governo nacional deveria ter mais políticas e ações para migrantes em situação vulnerável. Além disso, 39% deles acreditam que o país deveria receber mais pessoas de outros países e 70% pensam que migrantes devem ter acesso a serviços públicos, como saúde e educação, além de benefícios sociais e previdência. 68% das pessoas entrevistadas também concordam com a frase “nenhum ser humano é ilegal”. “Temos uma boa legislação, por ser pautada nos direitos humanos, apesar de ela ainda precisar de muitos avanços e melhorias”, afirmou a então coordenadora do Programa de Fortalecimento do Espaço Democrático da Conectas, Raissa Belintani.

[Veja mais detalhes sobre a pesquisa Conectas/Datafolha](#)

ABORTO LEGAL NO SUS

Em seu discurso de posse no início de janeiro de 2023, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, afirmou que revisaria medidas que ofendessem as ciências e os direitos humanos. A promessa foi cumprida no dia 18 daquele mês, quando a pasta revogou seis portarias assinadas durante o governo de Jair Bolsonaro e que contrariavam as diretrizes do SUS (Sistema Único de Saúde). Uma delas, a Portaria nº 2.561, exigia que a equipe médica notificasse a autoridade policial em casos de aborto por estupro. O governo brasileiro também se retirou da Declaração do Consenso de Genebra sobre Saúde da Mulher e Fortalecimento da Família, uma aliança ultraconservadora que advoga por um conceito

Foto: Marizilda Cruppe/Conectas



restritivo de família e é contrária ao direito ao aborto, mesmo em casos legais. As mudanças refletiram um intenso trabalho de entidades da sociedade civil que lutam pelos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo a Conectas.

STF VOTA DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO

Em setembro de 2023, antes de se aposentar, a ministra Rosa Weber, então presidente do STF, incluiu na pauta de julgamento virtual a ação que pede a descriminalização do aborto no Brasil. A ação proposta em 2017 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) com apoio técnico do Anis - Instituto de Bioética, pede que o aborto realizado por vontade da pessoa gestante deixe de ser crime até a 12ª semana de gestação. Weber se posicionou a favor da descriminalização e seu voto continua válido mesmo após a aposentadoria. Porém, o ministro Luís Roberto Barroso, que assumiu a presidência da Corte, declarou não ter planos de retomar o julgamento. A Conectas participa do caso na condição de *amicus curiae*.

Durante a 54ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, cinco organizações da sociedade civil, incluindo a Conectas, defenderam a aprovação da ADPF 442. “Pedimos ao Conselho que questione o Estado brasileiro acerca das medidas que estão sendo tomadas para evitar a mortalidade causada por abortos inseguros. Também apelamos ao Supremo Tribunal Federal que julgue a ação em favor da descriminalização”, anunciaram as organizações.

[Veja o vídeo da denúncia apresentada à ONU](#)

BRASIL REJEITA RECOMENDAÇÕES ANTI-LGBTQIA+

Durante o 4º ciclo da Revisão Periódica Universal (RPU) no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em março de 2023, o Brasil rejeitou recomendações de outros Estados membros que buscavam restringir a definição de família e discriminavam indivíduos LGBTQIA+.

Enquanto o Egito pediu que o Brasil promovesse “políticas de apoio à família como unidade natural e fundamental da sociedade”, a Rússia recomendou “prestar apoio integral à instituição da família em seu entendimento tradicional”. O embaixador Tovar da Silva Nunes afirmou que as políticas públicas brasileiras abrangem todas as formas de família, sem discriminação. A Conectas participou do 4º Ciclo da RPU, enviando relatórios temáticos sobre os direitos humanos no país, e integra o Coletivo RPU, uma coalizão de organizações da sociedade civil que monitora e influencia esse mecanismo de revisão.



PARIDADE DE GÊNERO NO JUDICIÁRIO

“Precisamos radicalmente assumir o compromisso de enfrentamento das desigualdades sociais em nosso país, que passa pelas questões de gênero e raça”, afirmou Gabriel Sampaio, diretor de incidência e litígio da Conectas. Sampaio proferiu sustentação oral no processo que resultou na implementação de um sistema de alternância de gênero no preenchimento de vagas nos tribunais de segunda instância da Justiça brasileira. Em setembro de 2023, esse ato normativo foi aprovado por maioria no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Segundo informações da plataforma JUSTA, a maioria dos cargos de juiz é ocupada por homens (60% homens e 40% mulheres). Essa disparidade se acentua ainda mais na promoção para cargos de desembargador, em que predominam os homens (77% homens e 23% mulheres). Observa-se, portanto, que quanto mais elevado o cargo na hierarquia judicial, menor é a representatividade feminina. Com a medida, os tribunais passam a ser obrigados a lançar editais alternando a criação de listas mistas e exclusivas até que seja atingida a paridade de gênero.

DEFINIÇÃO DE TERRORISMO EM DEBATE

Na Câmara dos Deputados, tramitaram três projetos de lei (PL) que tem por objetivo ampliar a definição de terrorismo — dois apresentados pelo Executivo durante a gestão de Jair Bolsonaro (732/2022 e 733/2022) e outro de proposição do então deputado federal Major Vitor Hugo (1595/2019).

Durante a 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em março de 2023, Conectas, Artigo 19, Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Justiça Global, Terra de Direitos e Rede Justiça Criminal (RJC) pediram ao órgão que questionasse o Brasil sobre ampliação irresponsável do conceito de terrorismo. De acordo com as organizações, essa ampliação pode ser usada para criminalizar ações legítimas de protesto e manifestação pacífica.

Assista ao discurso apresentado à ONU

DEFESA DO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Em junho de 2023, em parceria com a organização Terra de Direitos, a Conectas organizou um evento paralelo na sede da ONU em Genebra, na Suíça, com o objetivo de dialogar com Clément

Foto: Rômulo Serpa/Agência CNJ



Voules, então Relator Especial das Nações Unidas sobre os Direitos à Liberdade de reunião pacífica e de Associação. No mesmo mês, Voules havia divulgado recomendações ao Estado brasileiro após uma visita de dez dias ao Brasil em abril de 2022. Os pontos de preocupação destacados pelo relator visavam promover a efetivação da democracia no país e incluíam a falta de resolução do caso Marielle, ataques aos povos indígenas e a existência de projetos de lei que ampliam de forma preocupante a definição de terrorismo. Além de Voules as organizações Conectas, Geledés, Terra de Direitos e MST.

NOVA RELATORIA DE TERRORISMO DA ONU

Em novembro de 2023, enviamos sugestões de prioridades ao trabalho do novo Relator Especial sobre Combate ao Terrorismo e Direitos Humanos da ONU, Ben Saul, que tem mandato previsto até 2026. No documento, foram destacadas preocupações da organização com relação ao aumento do vigilantismo no Brasil, nos últimos anos, e a existência de tentativas de criminalização de movimentos sociais por meio de legislação antiterrorismo. Além de pontuar a relevância da nova relatoria manter o diálogo aberto e garantir a participação das entidades no debate internacional sobre o tema, a atenção aos efeitos das medidas antiterroristas na América Latina e no Caribe também foi destacada como ponto essencial de preocupação e atuação.

REPÚDIO A AÇÃO VIOLENTA DA PM EM VOTAÇÃO NA ALESP

Mais de 30 organizações, incluindo a Conectas, publicaram nota de repúdio à ação da Polícia Militar na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) contra manifestantes em protesto em decorrência de votação para a privatização da Companhia de Saneamento Básico do estado, a Sabesp. Além do uso de spray de pimenta e cassetetes, pelo menos cinco pessoas foram feridas e precisaram de atendimento médico. No documento publicado em dezembro de 2023, as entidades também alertam que a postura da Polícia Militar é incompatível com o direito à liberdade de expressão, à associação, à participação política e social, à manifestação e ao direito ao protesto.

Foto: Divulgação Alesp



INTERNET SEGURA

A conferência “Internet for Trust”, promovida pela Unesco em Paris, na França, em fevereiro de 2023, discutiu como tornar a internet um ambiente mais seguro e democrático. Um dos focos do encontro foi a elaboração de diretrizes para regular as plataformas digitais. O evento foi uma resposta ao apelo global do secretário-geral da ONU, António Guterres, para combater a disseminação da desinformação e negação de fatos científicos. Entre os brasileiros presentes, estavam o ministro Luís Roberto Barroso, o influencer Felipe Neto e a jornalista Patrícia Campos Mello. “A recente experiência vivenciada no Brasil pode ser importante ao esforço global para tornar a internet segura para todas as pessoas e instituições democráticas”, afirmou Raissa Belintani, então coordenadora do programa de Fortalecimento do Espaço Democrático da Conectas, que também esteve no evento.

PRIVACIDADE E CONTROLE DE DADOS

No contexto da pandemia e ainda durante o governo Bolsonaro, foram adotadas, de forma acelerada e desordenada, tecnologias digitais de coleta de informações sobre saúde, dados biométricos e geolocalização da população brasileira. A esse quadro, somam-se falhas nos canais de transparência e a ausência de informações sobre essas aquisições.

O período ainda ficou marcado pelo aumento de gastos governamentais na aquisição de equipamentos de hacking e software espião, violando os direitos de liberdade de expressão, associação, privacidade e intimidade. A persistente fragilidade dos mecanismos de controle e a indisposição de instituições responsáveis em monitorar a utilização dessas tecnologias de modo efetivo e com a participação da sociedade civil agravam esse cenário.

Em março de 2023, durante a 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, Conectas, Artigo 19, Data Privacy Brasil e Transparência Internacional Brasil denunciaram esse cenário e pediram que a agência questionasse o governo sobre a coleta de dados feita durante a pandemia, além dos gastos em equipamentos de hacking e software de espionagem.

Confira o discurso completo

COMBATE À DESINFORMAÇÃO

Ainda em 2022, em meio à rápida propagação de desinformação no ambiente digital brasileiro, entidades acadêmicas e organizações da sociedade civil, como a Conectas, uniram forças para enfrentar tal desafio, dando origem à Sala de Articulação contra a Desinformação (SAD). Em fevereiro, a sala publicou um documento detalhando problemas nas políticas das plataformas digitais durante as eleições de 2022 e recomenda novas mudanças. Já em abril de 2023, o coletivo lançou o documento “A regulação das plataformas digitais no Brasil: posicionamento de organizações da sociedade civil e entidades acadêmicas”. No relatório, foi destacado a necessidade premente de se estabelecer um novo arcabouço regulatório para as plataformas digitais no país. Dentre as propostas apresentadas, estão a criação de um órgão regulador independente e autônomo, que seja multissetorial e conte com a previsão de instâncias de participação social. As organizações reconhecem que somente assim será possível aumentar a transparência das *big techs*, fortalecendo mecanismos de prestação de contas, e mitigar os impactos negativos e danosos da desinformação sobre os direitos humanos.

Além disso, em junho do mesmo ano, a SAD divulgou um novo conjunto de consensos referentes ao Projeto de Lei das Fake News (PL 2630/2020). No documento, o grupo ressalta a importância da regulação brasileira sobre o tema, incluindo a responsabilização das plataformas digitais por conteúdo impulsionado, a promoção da transparência e a criação de um órgão regulador, como medidas fundamentais para combater a disseminação de desinformação.

Confira a íntegra dos relatórios sobre a regulação das plataformas digitais:

- » [O papel das plataformas na proteção da integridade eleitoral](#)
- » [Regulação das plataformas digitais no Brasil](#)



CASO VINÍCIUS JÚNIOR

Depois de sofrer mais um caso de racismo, o jogador Vinícius Júnior, atacante brasileiro que atua no Real Madrid — da Espanha, que faz parte da União Europeia —, usou as redes para desabafar: “Episódio isolado número 19. E contando...”. Entre 2021 e 2023, foram dez ocorrências do tipo. Em maio de 2023, mais de 160 organizações da sociedade civil, incluindo a Conectas, entregaram uma carta à Delegação da UE no Brasil demandando medidas para combater o racismo não apenas no futebol, mas em toda a sociedade, especialmente nos países do bloco. “O que atenderia nossos anseios são ações enérgicas e concretas endereçadas não apenas ao episódio do último 21 de maio perante a *La Liga* e todos os envolvidos, mas também para que o futebol seja tomado como uma política pública com construção e implementação concreta de ações que tenham na centralidade o enfrentamento ao racismo”, afirmam as entidades na carta.

NOVA LEI DE COTAS

No período entre 2012, quando ocorreu a promulgação da Lei de Cotas, até 2019 houve um aumento significativo de 205% na presença de estudantes oriundos de escolas públicas, pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas nas salas de aula das universidades do país. O dado é apontado em um estudo conduzido pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Em novembro de 2023, essa legislação passou por uma revisão e foi sancionada pelo presidente Lula. Entre as emendas introduzidas, destacam-se a inclusão de pessoas quilombolas na política de reserva de vagas, a priorização de estudantes em situação de vulnerabilidade social para o recebimento do auxílio estudantil, a ampliação das políticas de ação afirmativa para a pós-graduação nas universidades federais e a determinação de uma revisão do programa de cotas, a cada 10 anos, pelos ministérios responsáveis.

“É crucial ressaltar que essas mudanças foram resultado das demandas do movimento negro desde a década de 1970, em resposta aos abusos da ditadura militar, ganhando ainda mais força durante o processo de redemocratização do país na década de 1980”, afirmaram Hallana de Carvalho e Jefferson Barbosa em uma nota publicada pela Geledés.

Conectas acompanhou e apoiou as ações de incidência relacionadas à pauta no Congresso Nacional, protagonizadas por organizações do movimento negro.

Foto: Jorge Guerrero/AFP





E-BOOK DISCUTE O RACISMO RELIGIOSO NO BRASIL

O termo “racismo religioso” tem sido reivindicado por organizações da sociedade civil e lideranças de religiões de matriz africana, como sendo mais adequado do que “intolerância religiosa” para nomear uma prática que ameaça a liberdade e a existência dos povos de terreiro. A expressão “intolerância religiosa” é considerada restrita, pois não aborda adequadamente o direcionamento desse tipo de crime ao patrimônio cultural e ao legado civilizatório africano como um todo. Em setembro de 2023, Criola, Conectas e Portal Catarinas, com o apoio de Synergia, lançaram o e-book “Racismo Religioso: novas lentes às violações relacionadas à crescente tensão entre liberdade religiosa e liberdade de expressão”. A publicação é resultado do ciclo de debates realizado virtualmente pelas organizações, ao longo de 2022, abordando diferentes aspectos do racismo religioso no contexto brasileiro e latinoamericano, com o objetivo de ampliar o diálogo com setores da sociedade civil e fortalecer ações para sua superação.

[**Acesse o e-book**](#)

SITUAÇÃO HUMANITÁRIA EM GAZA

O conflito entre Israel e Hamas, iniciado em 7 de outubro de 2023, passou a ser considerado o mais mortal da história de Gaza. Autoridades da ONU expressaram preocupação tanto em relação ao nível de violência quanto às múltiplas violações dos direitos humanos e do direito internacional humanitário. No seu primeiro chamado à comunidade internacional, em 11 de outubro, o Secretário-Geral António Guterres reforçou: “Os civis devem ser protegidos em todos os momentos”. O Alto Comissário para Direitos Humanos das Nações Unidas, Volker Türk, também se juntou a um chamado pelo fim imediato da violência, bem como pela segurança da população. A Conectas reforçou os chamados das autoridades da ONU e se uniu a outras organizações globais para pedir que não fossem fornecidas armas ao Exército israelense.

BRASIL RETOMA MANDATO NO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU

Em outubro de 2023, com 144 votos, o Brasil conquistou pela sexta vez um mandato no Conselho de Direitos Humanos da ONU, desde a criação do órgão, em 2006. Em seu documento de compromissos,



o país prometeu atuar “nas três dimensões do tempo: passado, presente e futuro, que estão entremeadas e são indissociáveis”. Na sabatina, realizada um mês antes da eleição, a Conectas questionou o governo sobre como o país pretendia cumprir as recomendações das Nações Unidas sobre a descriminalização do aborto voluntário. A delegação brasileira sublinhou a alta prioridade do tema e mencionou que o Estado já permite três formas de aborto legal, reconhecendo ainda, na oportunidade, as desigualdades estruturais que afetam principalmente mulheres negras.

Foto: Juan Seguí Moreno / Flickr / Agência Brasil





Foto: Michel Dantas/AFP



defesa dos direitos socioambientais



defesa dos direitos socioambientais

CÚPULA DA AMAZÔNIA

A Cúpula da Amazônia, que aconteceu nos dias 8 e 9 de agosto, em Belém, no Pará, foi um importante evento internacional no Brasil em 2023. Proposto pelo presidente Lula, em abril, a ideia foi reavivar a OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica), que reúne os países que integram a Amazônia: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

[Assista o vídeo sobre a Cúpula da Amazônia, produzido pelo GT Infra, FBOMS, GTA, EMCJS e Conectas Direitos Humanos](#)

FUNDO AMAZÔNIA: RECURSOS PARA PROTEGER A FLORESTA

O Fundo Amazônia foi criado em 2008, com a ideia de financiar ações de redução de emissões provenientes da degradação florestal e do desmatamento. Em 2019, o então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o governo federal usaria o dinheiro da iniciativa, proveniente de países como a Noruega e a Alemanha, para pagar indenizações por desapropriações de terra em áreas protegidas. No mesmo ano, o governo Bolsonaro emitiu decretos que paralisaram as operações do Fundo, extinguindo seus comitês técnicos e orientadores. Isso resultou na retenção de cerca de R\$1,5 bilhão que seriam destinados a projetos de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia Legal.

Em 2020, a Conectas atuou como *amicus curiae* em uma ação no STF contestando esses decretos. Em novembro de 2022, o STF decidiu que a suspensão do Fundo Amazônia violava a Constituição Federal de 1988 e determinou sua reativação. No primeiro dia de seu governo, o presidente

Lula anunciou a recuperação do programa, bem como do FNMA (Fundo Nacional do Meio Ambiente), o mais antigo fundo ambiental da América Latina, proibindo também a mineração artesanal em terras indígenas.

ENTENDA COMO FUNCIONA O FUNDO AMAZÔNIA

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

R\$ 3 bilhões valor que o Fundo Amazônia tem em caixa para financiar novos projetos

doações feitas em 2023

R\$ 497 milhões Reino Unido

R\$ 186 milhões Alemanha

R\$ 28 milhões Suíça

R\$ 15 milhões Estados Unidos

total: R\$ 726 milhões

doações anunciadas que ainda não foram repassadas

R\$ 2,4 bilhões Estados Unidos

R\$ 245 milhões Noruega

R\$ 218 milhões Reino Unido

R\$ 107 milhões União Europeia

R\$ 107 milhões Dinamarca

total: R\$ 3,1 bilhões

R\$ 483,6 milhões valor comprometido até fevereiro de 2024

Projetos aprovados: **1) Agroecologia em Rede; 2) Gestão Territorial; 3) Amazônia Mais Segura e Soberana**



Fonte: Agência BNDES de Notícias

AÇÃO CLIMÁTICA

Em 2019, o jornal britânico The Guardian implementou uma mudança significativa em sua linguagem editorial, optando por substituir termos como “aquecimento global” e “mudança climática” por expressões como “crise”, “emergência” ou “colapso” climático. Essa alteração visava transmitir uma sensação de urgência a um público mais amplo, enfatizando a necessidade de ações imediatas diante da situação. Seguindo uma abordagem semelhante, a Conectas lançou o documento “Impulsionando a Ação Climática a partir de Direitos Humanos” em setembro de 2023, durante um seminário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Este relatório apresenta oito pontos cruciais para realinhar a governança climática no Brasil. Entre as medidas, destaca-se a necessidade de integrar questões de classe, raça e gênero, bem como enfrentar o racismo ambiental. Além disso, o documento enfatiza a importância de garantir os direitos das comunidades indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais. Também ressalta que fortalecer as instituições é fundamental para criar um ambiente seguro para os defensores da ação climática e dos direitos humanos.

O relatório completo está disponível para download gratuito, baixe agora.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA

Na Chapada do Araripe — região que abrange os estados do Ceará, Pernambuco e Piauí — encontra-se a comunidade quilombola da Serra dos Rafaéis. Essa comunidade se destaca não apenas por sua resistência histórica, mas também pela integração harmoniosa com a natureza, vivendo de forma sustentável e dependendo dos recursos naturais da região, como o cultivo da mandioca. Mas a vida dessas famílias passou a ser impactada pela crescente instalação de parques eólicos na área. Diante da ameaça, a comunidade construiu o seu protocolo de consulta livre, prévia e informada, baseado na Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e em outros instrumentos legais, nacionais e internacionais. Lançado em maio de 2023, o documento foi produzido em parceria com Instituto Maíra, Conectas, Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), Defensoria Pública do Estado do Piauí e International Accountability Project. O objetivo é fazer com que todas as entidades conheçam a comunidade, seu território e seus direitos. “Devemos ser consultados sobre qualquer coisa que vá nos impactar”, afirma o documento.

Baixe o protocolo Saiba mais sobre a comunidade no documento “O caso da Chapada do Araripe”



TRAGÉDIA YANOMAMI

É preocupante que casos de casamentos forçados entre garimpeiros e indígenas em troca de comida, estupro de menores, raptos, aliciamento e trabalho escravo não tenham recebido a devida atenção do governo federal entre 2019 e 2022. Além desses crimes, o relatório “Yanomami sob ataque”, da Hutukara Associação, também apontou a presença estimada de 20 mil garimpeiros dentro da Terra Indígena (TI) Yanomami, a maior reserva protegida do Brasil, localizada nos estados de Amazonas e Roraima.

Diante da crise sanitária, em janeiro de 2023, o governo federal decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. Mesmo com a intervenção, no mesmo ano, o Ministério da Saúde (MS) registrou 363 mortes entre os Yanomami, o que representa um aumento de 6% em comparação com as 343 mortes registradas em 2022. Segundo o MS, houve subnotificação de óbitos de indígenas durante o governo Bolsonaro, por isso os números não poderiam ser comparados. Em relação ao desmatamento, no entanto, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em 2023, houve uma redução de 95% na área desmatada na TI Yanomami.

Em entrevista coletiva, a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, reconheceu que as ações no primeiro ano do governo Lula não foram suficientes, apesar dos gastos de R\$ 1 bilhão em ações emergenciais. Ainda assim, líderes indígenas observaram que, à medida que agentes do Ibama e da PF foram realocados, houve um retorno gradual de garimpeiros. Como resposta, o governo anunciou que, no lugar de operações especiais, passaria a instalar bases estratégicas permanentes dentro do território.

BRUTALIDADE CONTRA O POVO GUARANI MBYA

No final de maio de 2023, um protesto organizado por indígenas do povo Guarani Mbya resultou em confrontos violentos na Rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo, onde bombas de gás, balas de borracha e jatos de água foram utilizados. Os indígenas estavam se manifestando contra uma medida que dificulta a demarcação de terras no Brasil, o Projeto de Lei (PL) 490/2007, que acabou sendo aprovado na Câmara e posteriormente votado com urgência no Senado como PL 2903/2023. Em setembro, a brutalidade da polícia militar durante o incidente foi destacada como um exemplo de violações contra a livre manifestação. Essa denúncia foi feita na ONU pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) em colaboração com a Conectas.

A MORTE DE TYMBEKTODEM ARARA

Tymbektodem Arara, mais conhecido como Tymbek, era professor e um estudioso da língua Arara. Presidente da associação Kowit, ele lutou incansavelmente pela proteção da Terra Indígena Cachoeira Seca, no Pará. Em outubro de 2023, ele foi encontrado morto em um rio. Um mês antes, ao lado de Conectas e Instituto Maíra, a Kowit havia denunciado violações dos direitos indígenas no Brasil, durante a 54ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Devido a falta de transparência nas circunstâncias da morte, as mesmas organizações reforçaram o pedido para que a Polícia Federal no Pará conduzisse uma investigação célere e completa sobre o caso.

Foto: Luiza Buchaul/ Conectas



MARCO TEMPORAL: A DEFESA DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS

O ano de 2023 colocou em evidência o embate entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional. Em setembro, a maioria dos ministros do STF (nove contra dois) concluiu que a tese do marco temporal para demarcações de terras era inconstitucional, entendendo que mesmo áreas não ocupadas por indígenas em 1988 podem ter vinculação com a tradição e a ancestralidade destes povos.

Em outubro, o mesmo tema — que também tramitava no Congresso e visava a transformação da tese em Lei — foi aprovado pelo Senado, em apenas quatro meses. A proposta havia passado pela Câmara dos Deputados em maio, depois de aguardar 17 anos. Onze organizações, incluindo a Conectas, enviaram à ONU um apelo urgente contra a medida. O pedido, que denunciava a inconstitucionalidade do projeto de lei, também foi enviado à Presidência da República e a outros ministérios. Lula sancionou o projeto do Congresso, mas vetou os pontos principais. No início de dezembro, o Congresso derrubou o veto presidencial. O assunto se estendeu para 2024.

Antes disso, em junho, a Conectas se uniu a outras organizações da sociedade civil para exigir uma resposta do estado de São Paulo sobre a repressão policial violenta contra a manifestação contra a tese do marco temporal, feita pela comunidade guarani da Terra Indígena Jaraguá, na Rodovia dos Bandeirantes.



PACTO PARA O FUTURO

A Cúpula do Futuro é um encontro que busca reunir líderes de diferentes países, com o objetivo de estabelecer um novo acordo global para promover avanços em prol das pessoas e do planeta. De acordo com o presidente da Assembleia Geral da ONU, Dennis Francis, trata-se de um “evento crucial de 2024”. Para alcançar os objetivos, a Cúpula elaborou um plano de ação chamado “Pacto para o Futuro”, que traz resoluções de como os países devem agir para cumprir com os compromissos. A fim de colaborar com esse processo, a Conectas enviou um documento com propostas sobre dois temas essenciais a serem discutidos: paz internacional e segurança, além de ciência, tecnologia, inovação e cooperação digital.

Foto: Gabriel Guerra/Conectas



A MORTE DA MÃE BERNADETE

Além de porta-voz e representante do quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho (BA), Mãe Bernadete Pacífico desempenhava um papel essencial de cuidado com a comunidade, estando sempre presente para oferecer orientação, agendar exames, distribuir cestas básicas e denunciar as violências e tentativas de tomadas de terra, como coordenadora da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq). Em 17 de agosto de 2023, ela foi morta a tiros dentro de sua casa. Desde 2017, com o assassinato do filho Binho, os ataques a terreiros e a lideranças religiosas de matriz africana era uma crescente. Em outubro, a Conaq e a Conectas alertaram o Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre a violência no país e pediram que o estado brasileiro se responsabilizasse pela morte, adotando medidas concretas.

VIDAS EM TERRITÓRIOS SOB PRESSÃO

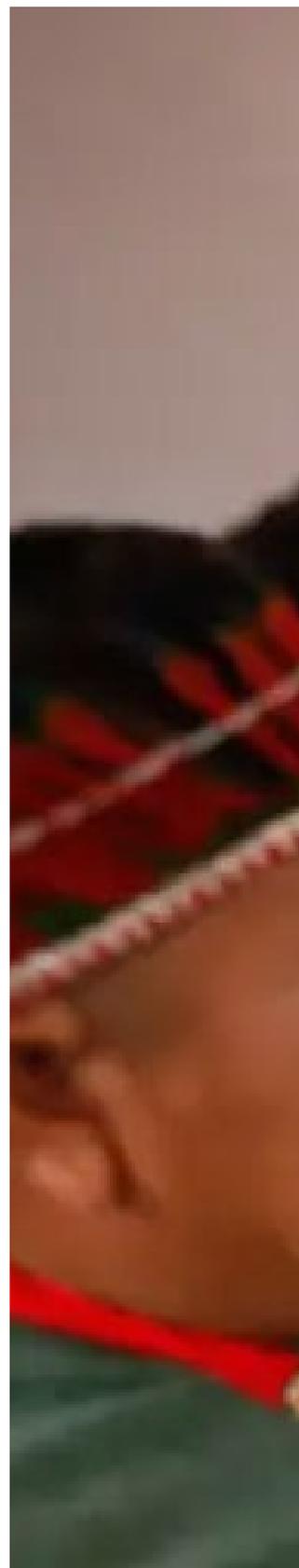
Um relatório lançado em setembro revelou a situação preocupante de terras indígenas no Brasil. Elaborado pela Conectas em parceria com Instituto Maíra, Associação Etnoambiental Kanindé, Jupaú - Associação do Povo Indígena Uru-eu-wau-wau e Kowit - Associação Indígena do Povo Arara da Cachoeira Seca, o documento “Vidas em territórios sob pressão: Povos Uru-eu-wau-wau, Paiter Suruí e Arara”, mostrou casos como o da TI Cachoeira Seca, no Pará, habitada até então por 100 indígenas Arara e mais de 3 mil não indígenas, que residem na região de forma ilegal. Outras terras, como as TIs Uru-Eu-Wau-Wau, em Rondônia, e Sete de Setembro, em Rondônia e Mato Grosso, também enfrentam ameaças. Madeiros, grileiros e garimpeiros invadem as terras, causando desmatamento e ameaçando a vida dos moradores. O relatório mostra que, enquanto as ameaças persistem, as lideranças indígenas enfrentam violência e impunidade.

O relatório está disponível online. Baixe agora.

LACUNAS DE GOVERNANÇA E A OCDE

Em 2022, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aprovou o plano para o processo de acesso do Brasil ao grupo, estabelecendo como requisitos o alinhamento com seus valores fundamentais, que incluem comércio justo, transparência, direitos humanos e sustentabilidade ambiental. Ou seja,

Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil



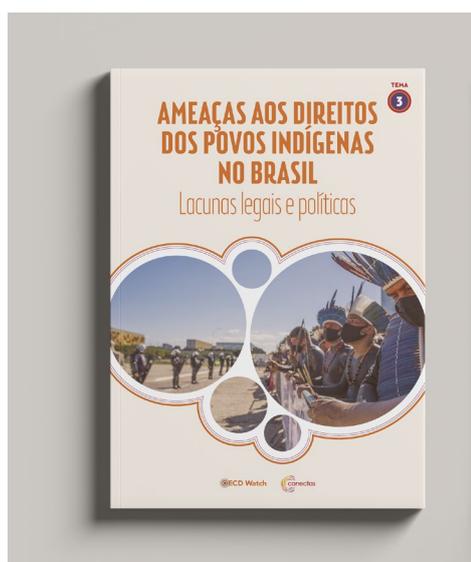


para ser aceito como membro pleno, o governo brasileiro precisaria demonstrar sua capacidade de aderir às normas de boas práticas estabelecidas pela organização, o que parece ser uma dificuldade.

Dois relatórios elaborados pela Conectas, OECD Watch e International Federation of Human Rights (FIDH) detalharam sérias ameaças aos direitos dos povos indígenas e lacunas na proteção trabalhista e social no Brasil, dentre outros. Submetidos à OCDE, esses relatórios destacaram o desalinhamento do país com os valores da organização, especialmente no que diz respeito à proteção ambiental e aos direitos humanos. A Reforma Trabalhista de 2017 é mencionada como um exemplo prejudicial, resultando em um aumento da informalidade e da precarização do trabalho. Essas análises visam contribuir para a maior transparência no processo de adesão do Brasil à OCDE, destacando a urgente necessidade de reformas e melhorias nessas áreas.

Acesse os relatórios:

- » **Ameaças aos direitos dos povos indígenas no Brasil**
– Lacunas de governança
- » **Direitos trabalhistas e proteção social no Brasil**
– Lacunas de governança
- » **Desmatamento e mudanças climáticas no Brasil**
– Lacunas de governança



PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Um grupo de 207 homens foi atraído para trabalhar em Vinícolas do Rio Grande do Sul com a promessa de ganhar até R\$ 4 mil, porém, acabou envolvido em um dos casos de trabalho análogo à escravidão com maior repercussão em 2023 no Brasil. Esses trabalhadores enfrentaram condições desumanas, incluindo agressões com cabos de vassoura, mordidas e spray de pimenta. Eles eram acordados com choques elétricos às 4 da manhã e forçados a trabalhar até as 9 da noite, sem qualquer intervalo para descanso.

Durante a 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, realizada em março, a Conectas, Adere-MG (Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais), Business Human Rights Resource Center e Oxfam Brasil instaram a comunidade internacional a rejeitar produtos provenientes de trabalho análogo ao escravo no Brasil. Além disso, essas entidades ressaltaram a importância de aprovar o Projeto de Lei (PL) 572/22, que propõe o Marco Nacional sobre Direitos Humanos e Empresas, estabelecendo diretrizes para promover políticas públicas nessa área.

QUAL O PAPEL DAS EMPRESAS NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS?

De acordo com os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, formulados em 2011, as empresas devem assumir a responsabilidade de respeitar os direitos humanos em todas as suas operações. Isso inclui evitar causar ou contribuir para impactos adversos nos direitos humanos e implementar políticas e processos adequados para identificar, prevenir, mitigar e remediar esses impactos. Mas a adoção voluntária dessas medidas ainda é restrita. Em outubro de 2023, 30 organizações da sociedade da América Latina e do Caribe, incluindo a Conectas, assinaram uma declaração conjunta sobre os impactos das atividades empresariais na região. As organizações também abordaram o problema do trabalho forçado, sugerindo a responsabilização de instituições financeiras, além do fortalecimento do diálogo entre Nações Unidas, sociedade civil e comunidades afetadas, e a implementação de mecanismos estatais de fiscalização e controle das corporações.



enfrentamento à violência institucional



enfrentamento à violência institucional

OPERAÇÃO ESCUDO: AUMENTO EXPONENCIAL DA LETALIDADE POLICIAL EM SÃO PAULO

“A operação foi bem-sucedida.” Foi assim que o governador de São Paulo Tarcísio de Freitas classificou a Operação Escudo, da Polícia Militar (PM), que deixou 28 mortos, em 40 dias, entre agosto e setembro de 2023, na Baixada Santista (SP). Ainda em setembro, a Conectas e o Movimento Mães de Maio apresentaram uma denúncia ao Conselho de Direitos Humanos da ONU, instando o órgão a cobrar providências do governo brasileiro. De acordo com as entidades, a incursão policial seguiu uma lógica de “vingança institucional” após a morte do policial militar Patrick Bastos Reis.

No mesmo mês, a Defensoria Pública de São Paulo e a Conectas ingressaram com uma ação civil pública pedindo que a Justiça obrigasse o Governo de São Paulo a instalar câmeras corporais nos policiais que atuavam na operação. Desde 2020, a PM de São Paulo tem implementado o dispositivo em diversos de seus batalhões, incluindo a Rota. No entanto, desde a campanha eleitoral de 2022, o governador Tarcísio de Freitas tem expressado sua oposição à medida. Apesar de não remover o uso, ao assumir o governo, o mandante reduziu o financiamento do programa.

Em parceria com pesquisadores e pesquisadoras, em sua maioria negros, bem como da sociedade civil e do Consulado da Alemanha, a Conectas lançou o estudo “Implementação e Análise em Fardas e Viaturas de Agentes de Segurança Pública e Prisionais”. O trabalho destaca a importância do uso dos dispositivos, e revela uma série de lacunas no controle e na segurança do uso dessa tecnologia, como a manipulação das câmeras a fim de burlar o sistema de armazenamento de imagens.

OPERAÇÃO ESCUDO E A VIOLÊNCIA DO ESTADO



630 prisões no total
395 de pessoas negras
195 de pessoas brancas



590 homens



40 mulheres

62%

são prisões de pessoas negras

21

pessoas presas por dia, em 38 dias de operação

72%

envolviam crimes sem violência ou grave ameaça

61%

não tinham antecedentes criminais

92%

dos casos não houve apreensão de armas

*Prisões realizadas entre 27 de julho e 4 de setembro de 2023.

Fonte: Defensoria Pública de São Paulo

O IMPACTO DAS CÂMERAS CORPORAIS

57% foi a redução no número de mortes resultantes de intervenção policial depois da instalação de câmeras corporais na PM de SP.

O valor mensal gasto do programa é de R\$7 milhões. Em 1 dia é gravado o equivalente a 9 anos de imagens.

Houve queda de 35% de investimentos no programa em 2023. O valor passou de R\$152 milhões para R\$97,6 milhões no período.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas e USP, Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, UOL.

Foto: Rovená Rosa/Agência Brasil

PERFILAMENTO RACIAL: NEGRO NÃO É SUPEITO

Um inquérito policial motivou a discussão sobre o perfilamento racial no país, mostrando que abordagens policiais de caráter racista são um impasse para a igualdade e a justiça social. No documento, a polícia relata que “avistou ao longe um indivíduo de cor negra, que estava em cena típica de tráfico de drogas, uma vez que ele estava em pé junto o meio-fio da via pública e um veículo estava parado junto a ele como se estivesse vendendo/comprando algo”. Com ele, foram apreendidos 1,53 gramas de cocaína, da qual o homem admitiu ser usuário. Mesmo assim, ele foi denunciado por tráfico e condenado a 7 anos, 11 meses e 8 dias de reclusão.

Em fevereiro de 2023, o STF analisou o caso. Oito organizações de direitos humanos, incluindo a Conectas, protocolaram um memorial com petição argumentando que a prática do perfilamento racial é discriminatória. Em março de 2023, a Conectas fez uma denúncia na ONU, cobrando urgência do Brasil no combate ao racismo estrutural e institucional.

Assista a sustentação oral de Gabriel Sampaio, da Conectas, no caso de perfilamento racial

CRIMES DE MAIO

Apresentado pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), um projeto de lei é popularmente conhecido como “Lei Mães de Maio”, em alusão aos trágicos eventos de 2006 em São Paulo e na Baixada Santista, em que mais de 600 execuções aconteceram. As vítimas, em sua maioria, eram jovens entre 15 e 24 anos, negros e residentes em áreas periféricas. Em 31 de maio de 2023, a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial realizou uma audiência pública para discutir a proposta e debater o acolhimento às mães e familiares das vítimas e/ou sobreviventes de ações violentas do Estado.

A missão a Brasília sobre o PL contou com a parceria da Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas e levou ativistas do Movimento Independente Mães de Maio de diversos estados do país para mobilizar ministérios e parlamentares da esfera estadual em torno do projeto e das demandas feitas há anos pelo movimento.

Dessa articulação, o movimento garantiu apoio financeiro do Ministério das Mulheres para uma de suas pesquisas e o projeto “Centros de Memória das Vítimas Contemporâneas de Violências de Estado: Memória, Vida e Futuro.” foi proposto pelo Ministério de Direitos Humanos e apresentado ao Movimento em dezembro do mesmo ano. Por meio do referido projeto, o Ministério dos Direitos



Humanos e da Cidadania, através da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e da Coordenação-Geral de Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas, pretende consolidar sua atuação política em garantia do direito à memória das vítimas contemporâneas da violência de Estado, de vários lugares do país.

Ainda sobre esse tema, em junho, mães de diferentes estados brasileiros que lutam contra a violência letal do Estado estiveram em Brasília em uma comitiva que agregou diversos movimentos e organizações. Na capital federal, elas se encontram com representantes do governo federal e outras autoridades. Reivindicaram, entre outras coisas, ações para reduzir a violência em territórios de periferia e contra a população negra e políticas de atendimento às vítimas, incluindo familiares da violência letal.

JUSTIÇA E MEMÓRIA

Em outubro de 2023, a Conectas, junto ao Movimento Independente Mães de Maio e o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da UNIFESP, lançou um projeto apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Democracia (UNDEF) para fortalecer a busca por justiça e memória das vítimas da violência estatal no Brasil. O projeto se concentra em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Ceará, e oferece formação em antropologia forense, direitos humanos, estratégias de incidência e documentação do processo, visando ampliar o acesso ao Estado de Direito para famílias afetadas, especialmente mulheres negras, e promover diálogo entre conhecimentos acadêmicos e das mães.

DENÚNCIAS NA ONU: POLÍTICA DE DROGAS, COMBATE À TORTURA E LETALIDADE PRISIONAL

Durante a 53ª Sessão do Conselho das Nações Unidas, a Conectas fez uma denúncia direcionada à relatoria especial de saúde, trazendo a importância das políticas de cuidado para pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, denunciando um caso de tortura em que policiais militares, ao prenderem uma pessoa acusada de furto e que supostamente estava sob efeito de álcool, fizeram o uso de cordas para carregá-la.

Outra denúncia realizada durante a 53ª sessão foi direcionada à

Foto: Allison Sales/AFP



relatoria especial de execuções sumárias, na esteira da publicação de seu relatório sobre mortes no cárcere. Além disso, o discurso denunciava as violações sistemáticas dos direitos dos familiares em ter acesso à informações sobre as pessoas que estão sob custódia.

CRIMES MILITARES NA JUSTIÇA COMUM

“A Justiça Militar no Brasil não oferece condições para atender às demandas de responsabilização de militares por crimes cometidos contra civis”, considerou Gabriel Sampaio, diretor de Incidência e Litigância da Conectas, quando o STF voltou a analisar, em fevereiro de 2023, se agentes das Forças Armadas que cometem crimes contra civis devem ser julgados pela Justiça Comum. A discussão aconteceu no âmbito da ADI 5032, da Procuradoria Geral da República (PGR) que solicitou ao STF que declarasse inconstitucionais partes da Lei Complementar nº 136/2010, que amplia a competência da Justiça Militar para permitir que militares julguem casos de crimes contra civis. Conectas, Grupo Tortura Nunca Mais, a Defensoria Pública da União (DDPU) e o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais foram admitidos como *amicus curie* na ação.

REVISTA VEXATÓRIA: FAMÍLIAS CONDENADAS AO CONSTRANGIMENTO

A revista íntima tem caráter vexatório. É um procedimento penoso enfrentado por familiares de indivíduos encarcerados, incluindo crianças, mulheres e idosos, para acessar unidades prisionais. Geralmente, envolve a necessidade de despir-se completamente e realizar agachamentos repetidos. Em fevereiro de 2023, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) retomou a análise de uma ação civil pública movida pela Conectas em 2014. A ação buscava a condenação do Estado de São Paulo por danos morais devido à realização de revistas íntimas vexatórias em familiares de detentos durante visitas aos Centros de Detenção Provisória I e II de Guarulhos, entre 2011 e 2013.

Para trazer consciência sobre essa violência cometida pelo Estado, em novembro de 2023, a Conectas e a Amparar (Associação de Familiares e Amigos de Presos e Internos da Fundação Casa) lançaram a cartilha “Grades Invisíveis”. O documento sublinha a inconstitucionalidade dessas práticas, enfatizando que nenhuma pena deve passar

Leia a íntegra da cartilha

da pessoa do condenado, fornecendo uma análise detalhada, e destacando violações de direitos fundamentais. O objetivo é informar e conscientizar sobre direitos e sensibilizar sobre a necessidade de mudanças no sistema prisional brasileiro para garantir uma justiça humanitária.

INDULTO 2023

Durante o mês de junho, a Conectas e diversas outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais se reuniram para apoiar proposta de indulto presidencial. Dentre os principais pontos da proposta estavam o indulto e a comutação da pena em caso de superlotação carcerária, para vítimas de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, indulto para pessoas condenadas à pena de multa cumulativamente ou não com a pena privativa de liberdade, além de medidas específicas para mulheres, pessoas idosas e com deficiências, responsáveis por crianças de até 12 anos, população trans, pessoas indígenas, adolescentes privadas de liberdade e aquelas submetidas à medidas de segurança.

TORTURA EM PRESIDENTE PRUDENTE

Em 2025, durante uma ação do Grupo de Intervenção Rápida (GIR) no Anexo de Semiaberto de Presidente Prudente (SP), aproximadamente 240 detentos foram vítimas de atos cruéis de tortura, que incluíram tanto agressões físicas como psicológicas. Os agentes agiram de maneira desmedida, infligindo ferimentos graves sem encontrar justificativa nas ações dos detentos, apenas confiscando itens como cachimbos artesanais, baralhos e uma moeda de 25 centavos.

Uma denúncia conjunta da Defensoria Pública de São Paulo e da Conectas ao Comitê Contra Tortura (CAT) da ONU revelou o alarmante grau de negligência por parte das autoridades judiciais e extrajudiciais encarregadas de fiscalizar e controlar o sistema carcerário. Em setembro de 2023, essa denúncia fez história ao tornar-se o primeiro caso brasileiro admitido pelo CAT, órgão responsável por supervisionar o cumprimento da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Além disso, foi o primeiro caso da Defensoria Pública de São Paulo a ser admitido por um órgão de supervisão dos tratados de proteção de direitos humanos ratificados pelas Nações Unidas.

PRISÕES E COMBATE A TORTURA

A preocupação internacional com o combate à tortura no Brasil foi evidenciada em uma denúncia feita pela Conectas na ONU. Durante a 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, em março de 2023, a organização apontou o enfraquecimento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura durante o governo de Jair Bolsonaro. Um dos principais pontos de atenção foi em relação às audiências de custódias.

Casos como os dos presídios do Rio Grande do Norte — com denúncias de prática sistemática de tortura, maus tratos e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, como choques elétricos nos pés — demonstram um quadro grave de crise humanitária. Em abril de 2023, o IBCCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais) e a Conectas protocolaram uma denúncia na ONU sobre a situação do RN.

No mesmo mês, o Comitê Contra Tortura (CAT) realizou uma revisão das medidas adotadas pelo Brasil sobre o tema, após um período de 20 anos desde a última avaliação, devido ao atraso do Estado em submeter seus relatórios. A revisão contou com análise de relatórios enviados pelo governo e por entidades da sociedade civil brasileira, incluindo a Conectas. As conclusões do CAT foram divulgadas em maio, apontando medidas importantes a serem tomadas, como o combate ao uso excessivo da força por agentes da lei, a eliminação da superlotação e o alinhamento a normas internacionais, além da elaboração de uma rede de mecanismos preventivos à tortura em todos os estados.

Em outubro, em uma audiência pública na Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo), peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos, afirmaram ter encontrado comida estragada, água com larva, celas sem ventilação e presos com necrose nos presídios de São Paulo. O órgão realizou vistorias em 10 das 182 unidades prisionais do Interior e Grande São Paulo. Nos presídios femininos foram encontradas mulheres grávidas sem o pré-natal e falta de absorventes.

Em um artigo para o Mídia Ninja, Roberta Marina dos Santos, assessora de projetos no programa de Enfrentamento à Violência Institucional da Conectas, e Vivian Peres da Silva, coordenadora de projetos do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), comentaram o relatório, afirmando que é crucial defender os mecanismos de prevenção e combate à tortura em todos os níveis, nacional e estadual, bem como os comitês previstos pela legislação brasileira. É essencial ainda que os poderes Executivo e Legislativo trabalhem juntos, com a participação ativa da sociedade civil, para prevenir e combater a tortura no país.

Foto: Luiz Silveira/Agência CNJ



RAIO X DO SISTEMA CARCERÁRIO



644.794

pessoas presas em celas físicas



190.080

pessoas presas em prisão domiciliar

154.531 pessoas presas que exercem alguma atividade laboral

83.028 agentes penitenciários

média de presos por agente: **8**

média recomendada: **5***

757.277 crimes registrados cometidos
pela população carcerária

41% (311.987) crimes violentos

*Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

Fonte: CNJ

O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL NAS PRISÕES

O STF reconheceu o estado de coisas inconstitucional no sistema prisional brasileiro e ordenou que o governo federal, em colaboração com os estados, elaborasse um plano para resolver as violações de direitos fundamentais nas prisões do país em seis meses. Essa decisão, de outubro de 2023, veio após uma ação proposta pelo PSOLsol, em 2015 — inspirada em um precedente de 1997 da Corte Constitucional da Colômbia. Em 2027, em seu pedido de ingresso no caso como amicus curiae, a Conectas destacou a deterioração das condições desde então, especialmente para pessoas negras, e ressaltou a importância das audiências de custódia para denunciar casos de tortura e maus-tratos.

REDUÇÃO DE DANOS

Durante o mês de novembro, a Conectas articulou o envio de contribuições à Relatoria Especial do direito à saúde das Nações Unidas, que anunciou a publicação de um relatório em junho de 2024. A chamada para contribuições era focada em redução de danos para a política de drogas e os principais pontos levantados pela Conectas e parceiras foram o retrocesso nos marcos legais sobre redução de danos no país, as tentativas de criminalização da prática de redução de danos e a criminalização do uso de drogas e de pessoas em situação de vulnerabilidade associada ao uso problemático de drogas.

CONTROLE DE ARMAS

Durante o governo de Jair Bolsonaro, o número de brasileiros autorizados a possuir armas de fogo aumentou consideravelmente. O número de CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) cresceu significativamente, passando de 117.467 em 2018 para 813.188 em 2022, de acordo com dados obtidos pelo G1 por meio da Lei de Acesso à Informação junto ao Exército.

Em julho de 2023, o presidente Lula assinou um decreto que implementou medidas abrangentes para restringir a circulação e o acesso a armas no país. Além disso, transferiu a responsabilidade da fiscalização de armamentos e munições do Exército para a Polícia Federal. Trinta organizações da sociedade civil, incluindo a Conectas, elogiaram a medida. As novas regras também diminuem o prazo para renovação de registros, reforça a fiscalização e moderniza os sistemas de informação sobre armas. Além disso, fortalece os requisitos para adquirir uma arma, exigindo laudo psicológico de profissional credenciado pela Polícia Federal e verificações de idoneidade em bancos de dados. As organizações destacaram a promoção do armamento como ação política nos últimos anos, incentivando a intolerância e militarização entre civis, o que ameaça tanto a segurança quanto a democracia.



litígio



litígio

O litígio estratégico em direitos humanos é usado por organizações como a Conectas para garantir que os direitos presentes na Constituição Federal e nos tratados internacionais sejam respeitados pelo Estado brasileiro. A intenção é cobrar do Estado e de empresas mudanças estruturais a partir de casos judiciais. Em 2023, a Conectas realizou este trabalho em diferentes tribunais, com o foco no STF e nos sistemas interamericano (OEA) e universal (ONU) de direitos humanos. O trabalho foi realizado, em muitos casos, em parceria com outras organizações de direitos humanos, movimentos sociais e defensorias públicas.

CONFIRA A SEGUIR OS DESTAQUES DA ÁREA DE LITÍGIO EM 2023

ADPF 442: protocolada em 2017, ação no STF pede que o aborto realizado por vontade da pessoa gestante deixe de ser um crime até a 12ª semana de gestação.

Res. 106 CNJ: ato normativo para a implementação de um sistema de alternância de gênero no preenchimento de vagas em tribunais de segunda instância da Justiça brasileira.

ADI 1625: em análise desde 1997, ação questiona revogação da Convenção 158 da OIT sobre demissões arbitrárias.

RE 1.017.365: povos indígenas e entidades socioambientais e de direitos humanos pedem que STF garanta o direito constitucional ao território dos povos originários.

Ação civil pública contra BNDES: apresentada à Justiça Federal do Distrito Federal, pela Conectas, a ação civil pública demanda compromisso da BNDESPar, subsidiária do BNDES, com metas climáticas.

ADPF 623: ação no STF questiona a legalidade de decreto do governo Bolsonaro que altera a composição do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente).

ADPF 760: sociedade civil pede que STF determine a retomada do cumprimento de metas estabelecidas pela legislação nacional e acordos internacionais assumidos pelo Brasil sobre mudanças climáticas.

ADI 5905: ação do governo de Roraima tenta derrubar pela via judicial um tratado internacional de proteção aos povos indígenas.

ADI 7582: ação pede ao STF a inconstitucionalidade de lei aprovada neste ano pelo Congresso Nacional sobre o marco temporal para a demarcação das terras indígenas.

PCN - Caso Nestlé: denúncia apresentada em 2018 pela Conectas e Adere-MG ao Ponto de Contato Nacional (PCN) pede a responsabilização da empresa Nestlé por casos de trabalho escravo em sua cadeia comercial.

CIDH - Caso Guarani Kaiowá: povo Indígena Pataxó (BA) e organizações de direitos humanos pedem que Comissão Interamericana de Direitos Humanos inste o Estado brasileiro a adotar medidas para proteger os direitos à vida e à integridade pessoal dos indígenas.

ACP - Operação Escudo: ação civil pública proposta pela Conectas e Defensoria Pública de São Paulo pede que a Justiça obrigue o Governo do Estado de São Paulo a utilizar câmeras corporais nos policiais que atuam em operações policiais (Operação Escudo e semelhantes).

SL 16969 - Operação Escudo: Conectas e Defensoria Pública pedem que STF suspenda decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo sobre o uso de câmeras corporais em policiais durante Operação Escudo.

HC - Perfilamento Racial: no STF, habeas corpus com dimensão coletiva sobre abordagens policiais feitas sem critérios objetivos ou baseadas apenas na cor da pele, o chamado perfilamento racial.

ADPF 793: conhecida como ADPF das vidas negras, a ação aponta ações e omissões do Estado que culminam na violação dos direitos

constitucionais à vida, à saúde, à segurança e à alimentação digna da população negra.

ADPF 347: ação no STF pede o reconhecimento da violação massiva de direitos fundamentais no sistema prisional brasileiro.

ADI 5070: ação em que se questiona a criação do Departamento Estadual de Execuções Criminais e do Departamento Estadual de Inquéritos Policiais no Judiciário paulista.

RE 635659: no STF desde 2015, discute se o porte de drogas para consumo próprio é crime.

Corte IDH – Caso Castelinho: ação pede a responsabilização do Estado brasileiro por uma operação da Polícia Militar paulista que resultou na morte de 12 pessoas em 2002, na rodovia Castelinho, no interior de São Paulo.

CORTE IDH – CASO PEDRINHAS

CIDH – Caso Desaparecimento forçado: entidades pedem à CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos) que o governo brasileiro seja cobrado por desaparecimentos forçados ocorridos nos contextos dos Crimes de Maio de 2006.

Reclamações Constitucionais nº 64803 e 64800: as ações buscam impedir que as forças de segurança do Estado do Rio de Janeiro e da Prefeitura do Rio recolham e conduzam adolescentes a delegacias e a serviços de acolhimento sem que haja flagrante de ato infracional.

Foto: Felipe Sampaio/SCO/STF







incidência



incidência

Seja no Congresso Nacional ou no Sistema Internacional de Direitos Humanos, o trabalho de incidência da Conectas acompanha as pautas de interesse da sociedade, propõe uma abordagem pautada em direitos e na defesa da democracia, e denuncia retrocessos e violações. Desde 2006, Conectas tem status consultivo junto à ONU. Em 2023, um dos destaques foi a denúncia admitida pelo Comitê Contra Tortura da ONU por tortura e outras violações de direitos humanos cometidas por policiais penais contra pessoas presas na cidade de Presidente Prudente (SP). Apresentada pela Defensoria Pública de São Paulo e Conectas contra o Brasil, a denúncia foi o primeiro caso brasileiro admitido pelo Comitê. Outro destaque do período foi a denúncia apresentada pela Conectas e o Movimento Mães de Maio ao Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante a Operação Escudo na Baixada Santista (SP).

APELOS URGENTE NO SISTEMA ONU

Apelo urgente: National Council of Justice's administrative measure

Apelo urgente: Bill 2903

Apelo Urgente: regarding serious violations of the menstrual dignity of persons deprived of liberty in Brazil.

Apelo urgente: Operação Escudo

Apelo urgente sobre atualizações da Operação Escudo

Apelo urgente: Torture and serious Human Rights violations in prisons in the state of Rio Grande do Norte, Brazil

Apelo urgente: Abusive searches in São Paulo, Brazil

**INCIDÊNCIAS,
PARTICIPAÇÕES
EM EVENTOS
E OUTRAS
ATIVIDADES****Invasões TI Povo Arara**

Incidência na Revisão do Brasil pelo Comitê de Combate à Tortura da ONU, com envio de relatórios e realização de contribuições e discursos no diálogo com especialistas

Incidência na Revisão do Brasil pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU, com envio de relatórios e realização de contribuições e discursos no diálogo com especialistas

Incidência na Revisão do Brasil pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, com envio de relatórios e realização de contribuições e discursos no diálogo com especialistas

Incidência na visita da Subsecretária-geral da ONU e assessora especial Alice Wairimu Nderitu ao Brasil

Incidência na Visita da Relatoria Especial para os Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais

Incidência na 52ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, realizando discursos orais e participando de eventos e negociações de resoluções.

Incidência na 53ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, realizando discursos orais e participando de eventos e negociações de resoluções.

Incidência na 54ª sessão do Conselho de Direitos Humanos, realizando discursos orais e participando de eventos e negociações de resoluções.

Incidência com lideranças do povo Arara junto a mecanismos de direitos humanos da ONU em Genebra

Caso no CAT sobre a Unidade Prisional de Pedrinhas

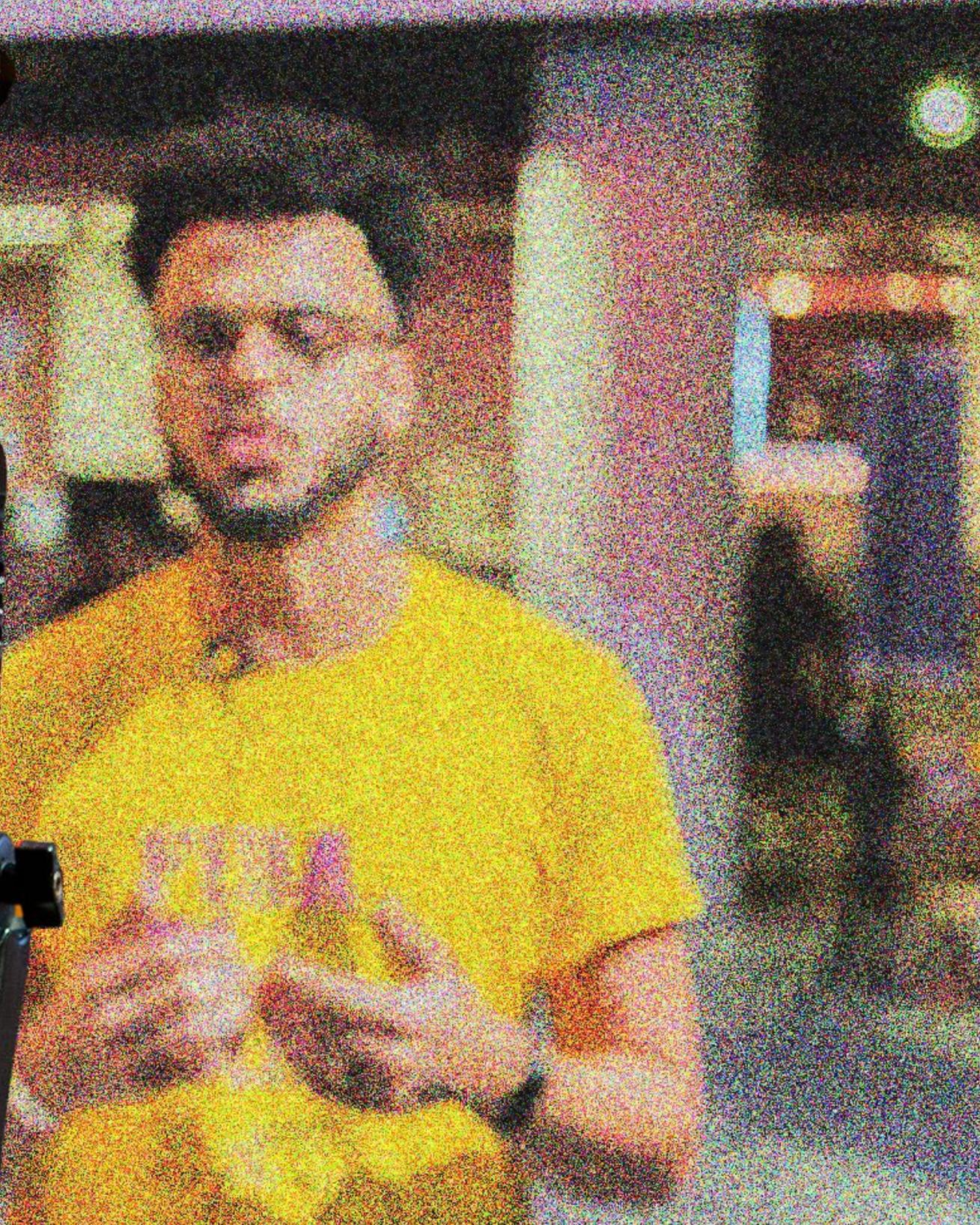
Incidência durante a visita do EMLER ao Brasil, com envio de relatórios e realização de contribuições e discursos no diálogo com especialistas

Participação no Fórum Global contra o Racismo e a Discriminação 2023 da UNESCO, em São Paulo

Incidência na 16ª sessão do Expert Mechanism on the Rights of Indigenous Peoples - EMRIP



comunicação



comunicação

A área de comunicação e engajamento da Conectas utiliza diversas plataformas e estratégias para apoiar a luta em defesa dos direitos humanos. Ela trabalha em estreita colaboração com outras áreas da organização, especialmente Incidência e Litígio, para apoiar no desenvolvimento dos projetos encabeçados pelos programas. No ano de 2023, a comunicação ofereceu subsídios à imprensa, apoiou o jornalismo profissional e realizou eventos para promover a reflexão sobre o movimento de direitos humanos. Durante o ano, a Conectas foi mencionada mais de 3.600 vezes na imprensa, acumulou 7 milhões de impressões em suas redes sociais e somou 500 mil acessos em seu site institucional. Veja mais detalhes deste trabalho.

MICROBOLSAS PARA REPORTAGENS

A Agência Pública e a Conectas firmaram uma parceria para oferecer microbolsas de R\$ 8 mil e mentoria para repórteres investigarem os impactos socioambientais da produção de energia, tanto de origem fóssil quanto renovável, no Brasil. O objetivo é destacar a necessidade de uma transição energética justa e comprometida com os direitos humanos, abordando questões como racismo ambiental, acesso à energia e consulta às comunidades afetadas.

**Leia as
reportagens
publicadas pela
Agência Pública**

SÉRIE SOBRE CÂMERAS CORPORAIS DA PM

O UOL e a Conectas lançaram uma série de reportagens sobre o uso de câmeras corporais por policiais militares em São Paulo. A primeira matéria revelou como os PMs aprenderam a manipular as câmeras para burlar o sistema de armazenamento de imagens, incluindo métodos como apagar vídeos e alterar datas de gravação. A segunda reportagem destacou que, enquanto o governo federal busca expandir o uso dessas câmeras pelo país, São Paulo segue na direção oposta, desestimulando sua utilização e cortando o orçamento destinado a elas.

**Acompanhe
a série de
reportagens do
UOL**

Foto: Coletivo Enoá





institucional

MS
MS
MS

institucional

CONECTAS NA OEA

A Conectas foi aprovada e registrada como organização na OEA (Organização dos Estados Americanos), permitindo a participação ativa em debates sobre direitos humanos nos países americanos. Com isso, a organização pode contribuir com resoluções e políticas regionais em direitos humanos durante as reuniões do Conselho Permanente e do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral, assim como na Assembleia Geral do órgão. A OEA, fundada em 1948, visa promover a paz, justiça, solidariedade e colaboração entre seus Estados membros, além de defender sua soberania e integridade territorial. Com 35 estados membros e 70 observadores permanentes, a organização baseia-se em pilares como democracia, direitos humanos, segurança e desenvolvimento.

LANÇAMENTO DA REVISTA SUR

A revista SUR, editada pela Conectas, lançou sua 32ª edição com o tema “Futuros possíveis: Existe um novo normal?”. Esta edição discute caminhos para o movimento de direitos humanos em meio a uma crise política, econômica e sanitária global. Os eixos temáticos incluem novas configurações do poder global, tecnologias e desinformação em processos democráticos, e desafios para as ONGs. O lançamento da edição contou com uma roda de conversa sobre o tema, com a participação de diversos especialistas, incluindo autores da revista e representantes de organizações. O evento aconteceu presencialmente na sede da Ação Educativa, em São Paulo (SP).



FEIRA DAS IDEIAS

Em dezembro de 2023, a Conectas e o Sesc 24 de Maio, em São Paulo, promovem a Feira de Ideias, em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. O evento reuniu ativistas, movimentos sociais, coletivos, estudantes, pesquisadores e jornalistas para apresentar 20 projetos que abordaram temas como pobreza menstrual, equidade de gênero, migração e refúgio, antirracismo, justiça climática, liberdade religiosa, direitos indígenas, ciganos, direitos LGBTQIA+, entre outros. A programação incluiu jogos, mesas expositivas, produções audiovisuais, arte e fotografia, além de uma roda de conversa com representantes de organizações como Anistia Internacional Brasil e Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. A ideia do evento gratuito é celebrar a semana internacional dos Direitos Humanos, destacando o impacto social das iniciativas da sociedade civil.

Veja como foi a Feira das Ideias

Foto: Coletivo Enoá



transparência

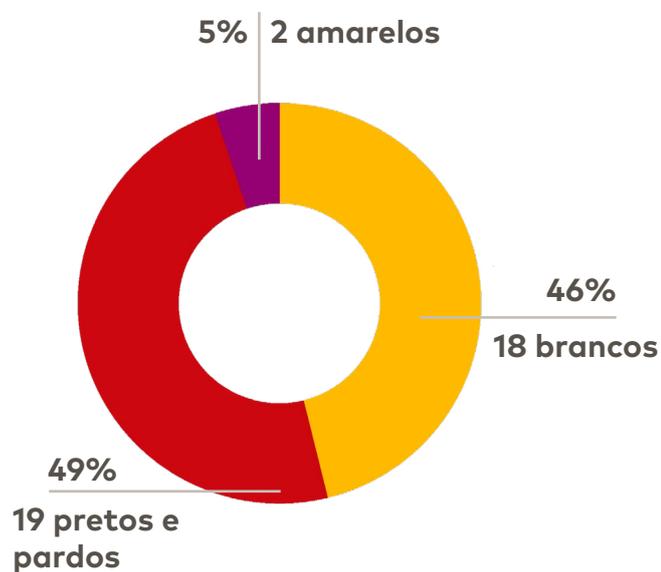
EMPREGADOS

39

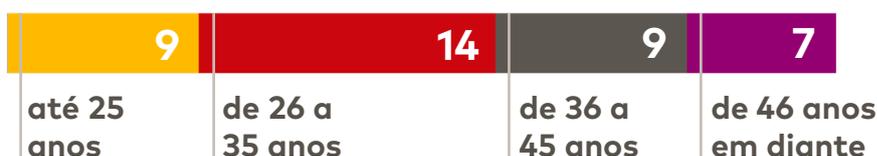
27 mulheres (1 não-brasileira)
10 homens
2 pessoas não binárias

5 mulheres têm
posição gerencial
e 2 homens

+ 1 voluntário



3 pessoas pretas e pardas têm
posição gerencial, 3 pessoas
brancas e 1 pessoa amarela



EQUIPE CONECTAS 2023



Foto: Gabriel Guerra/Conectas

balanço financeiro

receitas 2023

Open Society Foundations	3.820.277
Oak Foundation	3.250.202
Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos / Laudes Foundation	2.538.971
Luminate Foundation	1.044.306
Ford Foundation	957.513
Charles Stewart Mott Foundation	559.563
Derecho, Ambiente y Recursos Naturales	359.734
Instituto Clima e Sociedade	300.000
Instituto Ibirapitanga	266.039
Stiftung Auxilium (Porticus)	258.027
Centre For Research on Multinational Corporation (SOMO)	255.515
Embaixada da Republica Federal Da Alemanha	227.700
European Climate Foundation	190.110
Instituto Galo da Manhã	174.291
Embaixada dos Países Baixos	91.876
Rockefeller Phylanthropy Advisors	76.430
United Nations Democracy Fund	42.723
Doações Cartões de Crédito	33.069
Voluntariado	29.453
Outros	20.691
TOTAL	R\$14.496.489

despesas 2023

Área Temática	Iniciativas	Despesas (BRL)
Administrativo e Financeiro	Subtotal da área	1.209.651
Captação de Recursos	Subtotal da área	992.387
Comunicação	Subtotal da área	1.086.016
Desenvolvimento Institucional	Subtotal da área	662.279
Enfrentamento à Violência Institucional	Pessoas Privadas de Liberdade	698.159
	Controle das Forças de Segurança e Uso das Forças	789.392
	Política de Drogas	389.621
	Controle de Armas	405.978
	Subtotal da área	2.283.150
Litígio Estratégico	Litígio Estratégico	1.722.291
	Subtotal da área	1.722.291
Fortalecimento ao Espaço Democrático	Defesa da Sociedade Civil	607.371
	Migração e Refúgio	368.273
	Mobilizações Religiosas e Agenda de Direitos	359.277
	Defesa das Ações Afirmativas Raciais	438.790
	Revista Sur	514.734
	Subtotal da área	2.288.445
Incidência	Incidência	1.423.996
	Subtotal da área	1.423.996
Defesa dos Direitos Socioambientais	Financiamento do Desenvolvimento	813.407
	Impactos da Indústria Extrativista	1.182.760
	Combate à Escravidão Contemporânea e Precarização do Trabalho Trabalho	603.608
	Justiça Climática	1.163.607
	Subtotal da área	3.763.382
	TOTAL GERAL	R\$15.431.598



www.conectas.org

    [in](https://www.linkedin.com/company/conectas) contato@conectas.org